



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Democracia, participação e movimentos sociais

Mulheres, território e políticas públicas no Espírito Santo: Atlas das Mulheres do Espírito Santo

Rosimery Soares Loiola¹

Sthéfany Gomes Tiburso²

Célia Jaqueline Sanz Rodriguez³

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a experiência do Atlas das Mulheres do Espírito Santo enquanto instrumento de escuta territorial e construção coletiva de indicadores de políticas públicas para mulheres. Desenvolvido por meio de rodas de conversa e entrevistas semi-estruturadas realizadas em diferentes regiões do estado, o projeto reuniu mulheres quilombolas, indígenas, pescadoras e marisqueiras, assentadas e acampadas, jovens, mulheres em privação de liberdade, mulheres de matriz africana, parteiras, benzedeiras, entre outras. A partir de uma perspectiva crítica, antirracista e contra-colonial, esse trabalho destaca que as experiências vivenciadas pelos segmentos de mulheres citados acima, estão articuladas às relações estruturais de classe, raça-etnia, gênero e natureza. A pesquisa evidenciou demandas relacionadas à saúde, trabalho, mobilidade, violência, racismo institucional, insegurança alimentar e invisibilização dos saberes tradicionais. O Atlas das mulheres possibilitou a produção de diagnósticos sociais construídos pelas próprias mulheres, contribuindo para o debate sobre participação social no Espírito Santo e formulação de políticas públicas comprometidas com as realidades territoriais das mulheres.

Palavras-chave: mulheres; território; políticas públicas; participação social; atlas das mulheres do Espírito Santo.

Women, territory and public policies in Espírito Santo: Atlas of women in Espírito Santo

Abstract: This work aims to reflect on the experience of the Atlas of Women of Espírito Santo as an instrument for territorial listening and the collective construction of indicators for public policies for women. Developed through conversation circles and semi-structured interviews conducted in different regions of the state, the project brought together quilombola women, indigenous women, fisherwomen and shellfish gatherers, women living in settlements and encampments, young women, women deprived of liberty, women of African descent, midwives, healers, among others. From a critical, anti-racist, and anti-colonial perspective, this work highlights that the experiences lived by the segments of women mentioned above are articulated with the structural relations of class, race/ethnicity, gender, and nature. The research revealed demands related to health, work, mobility, violence, institutional racism, food insecurity, and the invisibility of traditional knowledge. The Atlas of Women enabled the production of social diagnoses constructed by the women themselves, contributing to the debate on social participation in Espírito Santo and the formulation of public policies committed to the territorial realities of women.

Keywords: women; territory; public policies; social participation; atlas of women in Espírito Santo.

¹ Doutoranda em Ciências Sociais pela UFES e professora do Departamento de Serviço Social da UFES. Email: rosimeryloiola@gmail.com.

² Historiadora, pesquisadora e especialista em História e Cultura Afro-Brasileira. Email: sthefanygomestiburso@gmail.com.

³ Doutora em Desenvolvimento Rural pela UFRGS. Gestora de projetos e coordenadora estratégica da Secretaria Estadual das Mulheres. Email: jaqueline.sanz1976@gmail.com .

1. Introdução

O Atlas das Mulheres do Espírito Santo constituiu-se como um dos maiores projetos de levantamento, sistematização e produção de informações sobre as múltiplas experiências das mulheres capixabas. Desenvolvido a partir de parceria entre a Secretaria Estadual das Mulheres do Espírito Santo, a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES), o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) e equipes de pesquisadoras/es vinculadas/os às universidades e aos territórios, o projeto teve como objetivo central construir diagnósticos sociais sobre as condições de vida das mulheres no estado, considerando suas diversidades sociais, territoriais, raciais, culturais, sexual, religiosas e políticas.

A pesquisa foi desenvolvida em diferentes regiões do Espírito Santo, contemplando municípios do Norte, Sul, região Central e Grande Vitória, buscando alcançar mulheres inseridas em distintos contextos sociais e territoriais. A proposta metodológica partiu do entendimento de que não existe uma experiência universal do que é ser mulher, mas múltiplas formas que são atravessadas por marcadores como raça, classe, território, religiosidade, geração, sexualidade e pertencimento comunitário. Nesse sentido, o Atlas organizou a pesquisa a partir de segmentos específicos, visando contemplar parte da heterogeneidade das experiências femininas no estado.

Enquanto pesquisadoras de campo, participamos diretamente da construção de segmentos relacionados às mulheres quilombolas, indígenas, pescadoras e marisqueiras, assentadas e acampadas, mulheres jovens, mulheres em privação de liberdade, parteiras, benzedeiras, mulheres na política, mulheres evangélicas e mulheres de matriz africana. A inserção nesses territórios possibilitou acompanhar realidades marcadas tanto por processos históricos distintos quanto por estratégias coletivas de resistência, cuidado e organização comunitária construídas pelas próprias mulheres.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa utilizou ferramentas participativas e qualitativas, especialmente entrevistas e rodas de conversa. Entretanto, em alguns territórios e segmentos, as entrevistas individuais tornaram-se fundamentais diante das dificuldades de reunir coletivamente determinadas mulheres, seja pelas dinâmicas do trabalho, pelas distâncias territoriais, pelas condições institucionais ou pelas próprias especificidades sociais de cada grupo. Ainda assim, tanto as entrevistas quanto as rodas de conversa buscaram construir espaços de escuta, acolhimento e diálogo, permitindo

que as mulheres apresentassem suas experiências, demandas e percepções acerca das políticas públicas existentes em seus territórios.

A metodologia adotada compreende que a produção de conhecimento não deveria ocorrer de forma distante dos segmentos de mulheres, mas também, a partir da aproximação com seus cotidianos e vivências concretas. Por isso, a pesquisa deslocou-se até os territórios, realizando encontros em comunidades quilombolas, aldeias indígenas, territórios pesqueiros, assentamentos, unidades prisionais, espaços religiosos, periferias urbanas e organizações comunitárias. Mais do que coletar dados, o Atlas buscou construir processos de escuta capazes de reconhecer as mulheres como sujeitas produtoras de conhecimento sobre suas próprias realidades sociais.

As experiências construídas ao longo da pesquisa evidenciaram que as demandas relacionadas às políticas públicas aparecem profundamente articuladas às questões estruturais que atravessam a vida das mulheres em uma sociedade capitalista, no qual o neoliberalismo tem intensificado ainda mais as relações sociais. Questões relacionadas ao acesso à saúde, mobilidade, trabalho, violência, racismo institucional, insegurança alimentar, direito ao território e invisibilização dos saberes tradicionais surgiram de forma recorrente nos diferentes segmentos pesquisados. Nesse sentido, o Atlas das Mulheres do Espírito Santo possibilitou não apenas a sistematização de informações, mas também a construção de espaços de fala e visibilidade para experiências historicamente silenciadas.

Dessa forma, o presente trabalho busca refletir sobre a experiência do Atlas das Mulheres do Espírito Santo enquanto instrumento de escuta territorial e construção coletiva de demandas sociais, evidenciando como as mulheres participantes elaboram análises críticas sobre suas condições de vida e sobre os limites das políticas públicas em responder às realidades concretas dos territórios capixabas.

Imagem: Roda de Conversa no Ilé Asè Oyá Mesan Òrun no município da Serra no Espírito Santo em abril de 2025



Registro: Zanete Dadalto

2. A construção coletiva sobre o que é “ser mulher” no Atlas das Mulheres

Um dos primeiros desafios encontrados durante a realização das rodas de conversa do Atlas das Mulheres do Espírito Santo esteve relacionado justamente à pergunta central que conduzia a pesquisa: “o que é ser mulher?”. Inicialmente, a equipe de pesquisa compreendia essa questão como um ponto de partida aparentemente simples, imaginando que as participantes responderiam prontamente a partir de suas experiências cotidianas. Entretanto, a pesquisa de campo revelou uma realidade muito mais complexa do que se imaginava previamente.

Em diferentes territórios e segmentos, muitas mulheres demonstravam dificuldade em responder à pergunta, frequentemente reagindo com questionamentos como “o que você quer dizer com isso?” ou afirmando que nunca haviam parado para refletir sobre o que significava ser mulher. Esse elemento apareceu de forma recorrente nas rodas de conversa e entrevistas realizadas com mulheres quilombolas, indígenas, pescadoras, marisqueiras, assentadas, acampadas, jovens, mulheres de matriz africana, mulheres evangélicas e mulheres em privação de liberdade.

Tal constatação tornou-se um importante elemento de análise dentro da própria pesquisa, uma vez que evidenciava que a construção da identidade feminina não ocorre de forma espontânea ou desvinculada das relações sociais. Ao contrário, a dificuldade em elaborar conceitualmente o que é ser mulher revela como as subjetividades são atravessadas pelas estruturas sociais, culturais, políticas e ideológicas presentes na sociedade capitalista. Nesse sentido, o Atlas passou também a se constituir como um espaço em que as mulheres eram convidadas, muitas vezes pela primeira vez, a refletirem coletivamente sobre suas próprias experiências e identidades.

Segundo dados do Censo Demográfico de 2022, as mulheres representam 51,22% da população do Espírito Santo, compondo a maioria da população capixaba (IBGE, 2022). Durante o Atlas, foi dialogado diretamente com mais de 1.400 mulheres capixabas (Rodriguez, 2026). Ainda assim, durante a pesquisa, tornou-se evidente que muitas mulheres não haviam tido oportunidades concretas de refletir criticamente sobre suas próprias condições sociais, sobre os atravessamentos que marcam suas vidas ou sobre o significado político e social do “ser mulher”.

Nas rodas de conversa, a pergunta central era acompanhada da especificidade de cada segmento pesquisado: “o que é ser uma mulher quilombola?”, “o que é ser uma mulher indígena?”, “o que é ser uma mulher pescadora?”, “o que é ser uma mulher jovem?”, entre outras formulações. Como ferramenta metodológica, utilizavam-se post-its para que as participantes escrevessem palavras, sentimentos, percepções e experiências relacionadas às suas vivências do que é “ser mulher”. A partir dessas construções coletivas emergiam debates sobre violência, cuidado, trabalho, maternidade, território, racismo, religiosidade e resistência.

A autora bell hooks no livro “E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo” (2019) aponta que as mulheres negras historicamente nas discussões sobre direitos das mulheres e feminismo, tiveram suas experiências silenciadas e invisibilizadas, sendo privadas, inclusive, do reconhecimento pleno de sua humanidade. Ao afirmar que as mulheres negras começaram a romper anos de silêncio e a registrar/escrever suas próprias experiências, bell hooks destaca Mary Church Terrell, Sojourner Truth, Anna Cooper, Amanda Berry Smith, e tantas outras pela importância da política da fala.

O próprio título da obra já se constitui como uma provocação crítica acerca de quem é reconhecida socialmente como mulher e como sujeito histórico de direitos. Tal perspectiva mostrou-se extremamente presente nas experiências observadas durante o Atlas, já que cada segmento elaborava significados distintos acerca do que era ser mulher a partir de seus próprios territórios e vivências.

Imagem: Roda de Conversa na Comunidade Remanescente de Quilombo de Retiro no município de Santa Leopoldina no Espírito Santo em abril de 2025



Registro: Zanete Dadalto

Ao longo da pesquisa, tornou-se evidente que, quando as mulheres não conseguem construir criticamente suas próprias definições sobre si mesmas, outras estruturas sociais acabam produzindo essas definições de forma hegemônica. Isso significa compreender que a construção do “ser mulher” não é neutra, mas atravessada por disputas políticas, culturais e ideológicas presentes na sociedade capitalista. Nesse sentido, as contribuições de Karl Marx e Friedrich Engels em *A Ideologia Alemã* (2007) permitem compreender como as ideias dominantes de uma sociedade tendem a reproduzir os interesses das classes dominantes da época.

Dialogando com essa perspectiva, Mauro Iasi (2011), ao discutir o processo de consciência, analisa como a ideologia dominante é incorporada cotidianamente pelos sujeitos sociais, fazendo com que determinadas formas de pensar sejam naturalizadas como se fossem individuais e espontâneas. Para o autor, os sujeitos tendem inicialmente a interpretar a realidade a partir das aparências imediatas da vida social, reproduzindo valores e concepções produzidos historicamente pelas relações sociais capitalistas. Dessa forma, aquilo que muitas vezes aparece como uma experiência puramente subjetiva ou individual está profundamente relacionado aos mecanismos de dominação historicamente produzidos pela classe burguesa.

A experiência das rodas de conversa demonstrou justamente esse movimento contraditório: ao mesmo tempo em que muitas mulheres inicialmente apresentavam dificuldade em definir o que era ser mulher, o próprio espaço coletivo de fala e escuta possibilita a construção de reflexões críticas sobre suas determinações sociais. Assim, o Atlas das Mulheres do Espírito Santo ultrapassou a dimensão de coleta de dados, constituindo-se também como espaço de elaboração coletiva, escuta e construção de consciência sobre as múltiplas formas de ser mulher nos territórios capixabas.

3. Territorialidade e o reflexo nos indicativos de políticas públicas

Milton Santos (2005), problematiza a noção moderna e eurocêntrica de território construída a partir da consolidação do Estado-nação. Para o autor, o território não pode ser compreendido apenas como historicamente vem sendo delimitado, de forma geográfica e como espaço administrativo. Mas, como espaço vivido, atravessado por relações sociais, políticas, econômicas e culturais. Tal perspectiva foi fundamental para compreender, que os territórios pesquisados não poderiam ser analisados somente a partir da velha categoria regional, mas como espaços constituídos por experiências históricas específicas, conflitos, memórias, usos e relações sociais distintas.

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a Geografia. É o território usado que é uma categoria de análise. Aliás, a própria idéia de nação, e depois a idéia de Estado Nacional, decorrem dessa relação tornada profunda, porque um faz o outro, à maneira daquela célebre frase de Winston Churchill: “primeiro fazemos nossas casas, depois nossas casas nos fazem”. Assim é o território que ajuda a fabricar a nação, para que a nação depois o afeioe. (SANTOS, 1999, p.8).

Ao discutir as horizontalidades e verticalidades, Milton Santos (1999; 2005) também contribui para entender como os territórios são atravessados simultaneamente pelas dinâmicas locais da vida cotidiana e pelas estruturas mais amplas do capitalismo, produzindo impactos diferenciados sobre as experiências das mulheres em cada região do Espírito Santo. Ao longo das rodas de conversa e entrevistas, tornou-se evidente que não era possível compreender de forma homogênea ou universalizante os segmentos de mulheres, uma vez que as experiências das mulheres eram profundamente atravessadas pelas particularidades também de cada território.

Essa preocupação esteve presente desde a organização metodológica da pesquisa, que buscou contemplar municípios do Norte, Sul, região Central e Grande Vitória, reconhecendo que os territórios produzem formas distintas de acessar políticas públicas. Nesse sentido, a territorialidade não foi compreendida apenas como delimitação geográfica, mas como espaço de construção de relações sociais, memórias, conflitos, identidades e modos de vida (Santos, 1999; 2005). Mulheres pertencentes ao mesmo segmento social apresentavam questões distintas a depender do território em que estavam inseridas.

As mulheres quilombolas do Norte do Espírito Santo, por exemplo, traziam questões profundamente marcadas pelos impactos do rompimento da barragem de Fundão e pelos efeitos ambientais e sociais sobre os territórios pesqueiros e quilombolas. Por exemplo, no município de Linhares, onde uma das rodas de conversa ocorreu na Comunidade Remanescente de Quilombos do Degredo, o debate sobre “o que é ser mulher” aparecia diretamente relacionado à contaminação das águas, à proibição da pesca, à insegurança alimentar e à ameaça aos modos tradicionais de vida historicamente construído pelas mulheres da comunidade, como também aponta a autora Loiola (2019)⁴.

⁴ Na dissertação de mestrado intitulada “A luta por reparação é de mulheres: raça e gênero no quilombo do Degredo frente ao desastre-crime no Rio Doce” (2024), a autora analisa como as mulheres do território quilombola de Degredo, em sua maioria pescadoras, foram profundamente impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão. O trabalho aponta para como essas mulheres passaram a ocupar um papel central nos processos de mobilização e reivindicação por reparação, articulando estratégias coletivas de enfrentamento.

Imagem: Registro de uma pescadora da Comunidade Remanescente de Quilombos do Degredo carregando o galão de água que é abastecido na comunidade para consumo



Registro: Zanete Dadalto

Por outro lado, mulheres pescadoras do Sul do estado, em municípios como Itapemirim, apresentavam outras reflexões relacionadas às condições de trabalho, à invisibilização da atuação feminina na pesca, às dificuldades de acesso às políticas públicas de saúde e às transformações econômicas e ambientais que atravessam o território (Rodriguez, 2026). Ainda que existam elementos que dialoguem entre as experiências dessas mulheres, as demandas apresentadas sobre a necessidade de políticas públicas atravessavam processos sócio-históricos que constituem cada território.

Essa percepção foi fundamental para o desenvolvimento do Atlas, pois permitiu compreender que não seria possível pensar políticas públicas a partir de uma concepção homogênea sobre “as mulheres quilombolas”, “as mulheres pescadoras” ou “as mulheres indígenas”, como se existisse uma experiência única e universal dessas identidades

femininas. Ao contrário, as rodas de conversa apontaram que cada território produz especificidades que atravessam diretamente as experiências das mulheres e suas demandas sociais.

Nesse sentido, após o primeiro movimento de reflexão sobre “o que é ser mulher”, as discussões avançavam para outro ponto central da pesquisa: quais políticas públicas essas mulheres consideravam necessárias para seus territórios e segmentos. As respostas apresentadas revelavam que as demandas estavam diretamente relacionadas às condições concretas de vida em cada região capixaba. Portanto, pensar políticas públicas para mulheres exige reconhecer que as desigualdades não se manifestam de maneira uniforme. Elas assumem características específicas de acordo com os processos históricos e os marcadores sociais que atravessam cada grupo.

4. Conclusão

As reflexões construídas ao longo da pesquisa também evidenciam os desafios de pensar políticas públicas para mulheres em uma sociedade capitalista marcada pelo avanço das políticas neoliberais. Conforme analisa David Harvey (2008), o neoliberalismo produz processos de aprofundamento das questões sociais, intensificação das precarizações e redução da capacidade protetiva do Estado, impactando diretamente os grupos historicamente mais vulnerabilizados. No caso das mulheres, especialmente indígenas, quilombolas, pescadoras, marisqueiras, assentadas, acampadas, em privação de liberdade, tais processos atingem diretamente as condições de reprodução da vida, ampliando situações de violência, insegurança alimentar, precarização no trabalho e dificuldades de acesso às políticas sociais.

Nessa perspectiva, pensar políticas públicas voltadas às mulheres implica reconhecer os limites estruturais presentes em uma sociedade organizada a partir de profundas desigualdades de gênero, econômicas, sociais, raciais e territoriais. O Atlas das Mulheres do Espírito Santo constitui-se como um marco importante no processo de produção de informações e diagnósticos sociais sobre as mulheres capixabas, sendo uma das primeiras iniciativas de grande dimensão voltadas à sistematização enquanto pesquisa das concepções das mulheres no estado sobre “o que é ser mulher”.

Mais do que reunir dados, o Atlas buscou deslocar as mulheres para o centro da discussão sobre políticas públicas, reconhecendo-as não apenas como destinatárias dessas políticas, mas como sujeitas capazes de elaborar análises críticas sobre suas próprias condições de vida, seus territórios e suas demandas sociais. Nesse sentido, descentralizar perspectivas universalizantes sobre o “ser mulher”. Ainda que existam limites estruturais impostos pela sociabilidade capitalista e pelas dinâmicas neoliberais, o Atlas das Mulheres do Espírito Santo aponta possibilidades importantes para a construção de políticas públicas mais conectadas às realidades concretas vivenciadas pelas mulheres. Mostrando mais uma vez: Nada de nós sem nós⁵.

Referências

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

HOOKS, bell. **E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

IASI. Mauro Luís. **Reflexões sobre o processo de consciência**. In: **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

LOIOLA, Rosimery Soares. **A luta por reparação é de mulheres: raça e gênero no quilombo do Degredo frente ao desastre-crime no Rio Doce. 2024**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Espírito Santo, 2024.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território**. GEOgraphia, Niterói, v. 1, n. 1, p. 7-13, 1999.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. In: OSAL: **Observatorio Social de América Latina**. Año 6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

⁵ “Nada sobre nós, sem nós” (“Nothing about us without us”) é um lema muito utilizado entre as pessoas com deficiência (PcD), que emergiu com maior força durante o processo de construção da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. O slogan entoado pelas pessoas com deficiência em diversos países do mundo é uma reivindicação e uma luta daqueles que sabem o que é melhor para si e para a sua comunidade” (Rodrigues, 2023, s/p).

RODRIGUEZ, Célia Jaqueline Sanz. **Atlas das Mulheres do Espírito Santo**. Vitória: Secretária Estadual das Mulheres (SESM), 2026.

RODRIGUES, Daniela da Silva. **Nada sobre nós, sem nós: reflexões sobre o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência**. UnB Notícias, Brasília, 11 dez. 2023.